

# ESTUDOS DO DISCURSO JORNALÍSTICO NO BRASIL

## JOURNALISTIC DISCOURSE STUDIES IN BRAZIL

Otávio DAROS<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul | Brasil

### Resumo

A tradição brasileira de estudos do discurso jornalístico tem algumas das suas raízes mais profundas no programa de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado nos anos 1970, no qual Muniz Sodré é a figura de referência. O que se pretende neste artigo é examinar as pesquisas desenvolvidas pelos analistas do discurso que apareceram nas décadas seguintes, a exemplo de Rosa Nívea Pedroso, Antonio Fausto Neto, Christa Berger, Beatriz Marocco e Marcia Benetti, que se ocuparam mais especificamente do fenômeno jornalístico. Nosso objetivo é apresentar as estratégias teórico-metodológicas adotadas por elas, seus achados derivados do modo de estudo empírico-analítico, a ideia de jornalismo que emerge de suas reflexões, bem como as visões rivais e complementares propostas por outros estudiosos, na área de análise do discurso francesa.

### Palavras-chave

Discurso jornalístico. Estudos do discurso. Pesquisa em jornalismo.

### Abstract

The Brazilian tradition of studying journalistic discourse has some of its deepest roots in the communication program of the Federal University of Rio de Janeiro, created in the 1970s, in which Muniz Sodré is the reference figure. The aim of this article is to examine the research developed by discourse analysts that appeared in the following decades, such as Rosa Nívea Pedroso, Antonio Fausto Neto, Christa Berger, Beatriz Marocco and Marcia Benetti, who were more specifically concerned with the journalistic phenomenon. Our objective is to present the theoretical and methodological strategies adopted by them, their findings derived from empirical-analytical study, the idea of journalism that emerges from their reflections, as well as the rival and complementary views proposed by other scholars in the area of French discourse analysis.

### Keywords

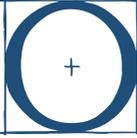
Journalistic discourse. Discourse studies. Journalism research.

RECEBIDO EM 27 DE MAIO DE 2021  
ACEITO EM 26 DE JULHO DE 2021

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Laboratório de História da Comunicação e Mudança da Mídia na Universidade de Bremen. Contato: otavio.daros@gmail.com.



## Introdução

 Os estudos de linguagem foram enriquecidos com diversas perspectivas no transcorrer do século XX. Sabe-se que, no Brasil, parte significativa das contribuições da linguística foi recepcionada por Eni Orlandi, autoridade na análise do discurso, notadamente a teoria de Michel Pêcheux. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso (1983) é obra inaugural, nesse sentido. Anteriormente, outras abordagens foram trabalhadas por Haroldo de Campos e Décio Pignatari, iniciadores das teorias semióticas, ainda na década de 1960. Cabe destacar deste último obras como Informação. Linguagem. Comunicação (1968).

Campos e Pignatari foram professores formadores do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária, hoje Comunicação e Semiótica, fundado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob direção de Lucrecia Ferrara, nos anos 1970. Desde o início do projeto, “a literatura nunca foi vista no seu isolamento, mas nos diálogos que estabelece com as artes visuais, a música e mesmo com os meios de comunicação de massa”, conta Lucia Santaella (2014, p. 114), semioticista formada pelo programa e continuadora da matéria em nosso meio.

Enquanto na Católica de São Paulo era montado o programa especializado na semiótica da literatura, desde sua vertente anglo-saxônica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro predominava a influência da escola francesa. Após período de formação na Sorbonne, Muniz Sodré tornou-se voz eloquente do programa de comunicação na instituição carioca, que entrelaçou as disciplinas de semiologia, psicanálise e antropologia (SODRÉ, 2012, p. 21). Todavia, antes de se voltar gradativamente para as teorias da comunicação, seus escritos sobre jornalismo serviram de base para o estudo dos “processos de composição do texto informativo dos veículos de comunicação de massa” (SODRÉ; FERRARI, 1977, p. 71).

Otávio **DAROS**

São trabalhos introdutórios que estimularam os teóricos do jornalismo, sobretudo aqueles que elaboraram densas reflexões sobre a mensagem jornalística, a exemplo de Cremilda Medina (1978) e Nilson Lage (1985). De modo semelhante a Sodré, eles receberam influência da literatura francesa, especialmente de Roland Barthes e Eliseo Verón. Não por acaso, também os acadêmicos que se formaram sob orientação de Sodré, naquela época, seguiram por esse caminho teórico. As dissertações apresentadas por Antônio Serra (1980) e Rosa Nívea Pedroso (1983) ilustram bem o caso. São autores das primeiras monografias dedicadas à imprensa popular e sensacionalista no país, como será analisado adiante.

Nos anos seguintes, outros tantos estudiosos do jornalismo, de Antônio Fausto Neto (1988) a Christa Berger (1998), trabalharam com abordagens derivadas da semiologia, pelo menos em parte, graças às relações acadêmicas estabelecidas com Maurice Mouillaud no Instituto Francês de Imprensa (ver MOUILLAUD; PORTO, 1997; DAROS, 2021). Cabe notar que o francês supervisionou os estudos de pós-graduação de Sodré em 1967, mas também de Zélia Leal Adghirni em 1980, de José Luiz Braga em 1984, para citar nomes referenciais da área.

É verdade que, ainda dentro da tradição francesa, prosperaram outros arranjos para apreciação do discurso jornalístico. Beatriz Marocco (2004) e Mayra Gomes (2004), por exemplo, investiram em estudos em linha com a obra de Michel Foucault. Já Marcia Benetti (2007) sistematizou as contribuições teórico-metodológicas oriundas da análise do discurso, destacando os trabalhos de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau — antes de começar a se ocupar do estudo do discurso produzido pelos leitores dos jornais (ver BENETTI, 2020).

O que se pretende neste artigo é examinar as pesquisas em jornalismo desenvolvidas por esses analistas do discurso, no contexto brasileiro. Como sinalizamos acima, há contribuições que podem ser situadas dentro da tradição

linguística que prosperou e serviu de terreno para novas perspectivas discursivas na academia francesa, enquanto outras são referidas à semiótica, desde sua vertente anglo-saxônica. Sem ignorar a existência e importância desta e suas confluências com aquela, optou-se por sublinhar, aqui, os estudos discursivos que remetem à escola francesa, por motivos de delimitação do tema e de espaço no artigo.

O objetivo é apresentar, de maneira sintética, as estratégias teórico-metodológicas adotadas pelos analistas do discurso jornalístico, seus achados derivados do modo de estudo empírico-analítico, a ideia de jornalismo que emerge de suas reflexões sobre o fenômeno, bem como as semelhanças e diferenças entre eles. Suas pesquisas são analisadas e contextualizadas dentro do quadro nacional de desenvolvimento do campo acadêmico do jornalismo, tendo em vista as influências exercidas pelos pioneiros nos trabalhos daqueles que apareceram posteriormente, como será exposto no fechamento do artigo.

## **Jornalismo como construção discursiva de sedução — Rosa Nívea Pedroso**

Professora da primeira disciplina de teorias do jornalismo no país, implantada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1983 (PONTES, 2015, p. 246-247), Rosa Nívea Pedroso cursou mestrado na Federal do Rio de Janeiro, sob orientação de Muniz Sodré. Sua dissertação, *A produção do discurso de informação no jornalismo sensacionalista* (1983), publicada em livro após duas décadas, é uma análise do funcionamento discursivo e ideológico do jornal *Luta*, no período entre 1981 e 1982. O estudo de caso tenta demonstrar, entre outras coisas, que o modo de produção discursiva da imprensa sensacionalista se baseia na persuasão e sedução.

Na primeira parte da monografia, a autora historicizou o periódico na passagem do que alguns têm chamado de jornalismo “político-social” para “ideológico-mercantil”, vinculando o surgimento deste à trajetória do seu antecessor, o *Luta Democrática*. Inseriu as folhas em reflexão mais ampla

Otávio **DAROS**

sobre a imprensa sensacionalista, entendida “como um meio de liberação de desejos reprimidos e censurados, permitindo a projeção da culpabilidade do ato, que o leitor realiza na imaginação, sobre as personagens dos acontecimentos” (PEDROSO, 2001, p. 51).

Passando para o exame do conteúdo do jornal em si, a estudiosa classificou os títulos a partir de critérios semântico-linguísticos, identificando os sujeitos representados no discurso e os elementos de ficcionalização e dramatização. Também analisou uma porção de matérias, evidenciando que a sedução é a característica de seu discurso informativo. Como resultado da análise reflexiva, listou as seguintes tendências do jornalismo sensacionalista:

discursividade repetitiva, fechada ou centrada em si mesma, ambígua, motivada, impositiva, despolitizadora, fragmentária, unidirecional, vertical, ambivalente, dissimulada, indefinida, substitutiva, deslizante, avaliativa, sedutora; exposição do oculto, mas próximo (PEDROSO, 2001, p. 123).

Em direção semelhante, Antônio Serra tomou como material de estudo o jornal carioca O Dia, na dissertação O desvio nosso de cada dia (1980), também escrita sob orientação de Sodré. Caracterizado pelo noticiário pouco político, o diário ganhou atenção pela cobertura de assuntos cotidianos, explorando aquelas pautas ligadas à violência, “de tal modo que a chamada das notícias busca sempre ressaltar este componente, mesmo quando ele é secundário ou inexistente na narrativa”. Suas páginas fizeram da violência “um componente natural da relação entre as pessoas, inscrita em seu cotidiano e resultante da natureza ‘selvagem’ de seu meio social” (SERRA, 1980, p. 55). Forjou-se, assim, “uma inegável representatividade traduzida na fidelidade de consumo” (SERRA, 1980, p. 85).

Houve, contudo, quem emitiu outro juízo sobre a imprensa popular e sensacionalista no país. Recepcionando as contribuições metodológicas de Pêcheux e Charaudeau para a análise do discurso em nossa área, Marcia Benetti julgou que não era o caso de enquadrar esse jornalismo marcado pelo deboche, ironia e escracho no modo de informar da imprensa tradicional. “Se

formos muito rigorosos em sua análise, correremos o risco de cair numa cilada: a aceitação formal de apenas uma linguagem jornalística possível, de apenas uma realidade objetivada e de apenas um público leitor virtual ideal” (BENETTI, 1994, p. 91).

A estudiosa realçou, com isso, a função democratizante exercida por esse segmento da imprensa junto à parcela da sociedade com menor poder aquisitivo e com pouca educação formal, ou seja, aquele público leitor que estaria habituado ao linguajar popular. Através do discurso popular, jornais como o Notícias Populares (1963-2001) concederiam a seus leitores “o acesso às informações, tornando o mundo real mais compreensível e menos estranho, aumentando os níveis de conhecimento e saber de cada indivíduo” (BENETTI, 1994, p. 100).

Em sua tese, Ana Rosa Dias ponderou que, embora praticante do sensacionalismo que explora e banaliza a imagem da violência, o mesmo logrou seu objetivo principal: abrir canal de interação com as camadas populares. À medida que basicamente propôs continuções das conversas do dia-a-dia, o Notícias Populares acabou por construir, segundo ela, um modelo próprio de linguagem, mais próximo da língua falada popularmente do que outros periódicos. Enfim, “longe dos manuais puristas, mas cumprindo a finalidade de tornar-se um jornal dirigido a certas classes da população, menos instruídas, e que, a priori, não teriam condições de ler outro tipo de discurso da notícia” (DIAS, 1996, p. 173).

Cabe observar que, apesar da primeira estudiosa não ignorar a realização desses jornais populares enquanto conjunto de práticas de linguagem mais próximas dos leitores (PEDROSO, 2001, p. 57), o que ela desenvolveu foi a crítica do seu modo de construção dos fatos, na medida em que constatou nele falta de tratamento adequado às informações e excesso de exploração emocional dos temas (PEDROSO, 2001, p. 115). Avaliou, por isso, que o jornalismo praticado por essa imprensa se enquadra nos termos do

Otávio **DAROS**

sensacionalismo, enquanto o jornalismo popular seria estritamente aquele feito pelas e para as classes populares.

Significa que praticamente inexistiria jornalismo popular no Brasil, caso essa caracterização fosse seguida. O que existiria, na verdade, é “apenas um segmento popular da grande imprensa que se realiza, principalmente, na forma de jornalismo sensacionalista e que o ‘jornalismo popular’ só se realiza, em termos, como segmento popular da imprensa alternativa política” (PEDROSO, 2001, p. 46; a respeito do segmento, ver BRAGA, 1991).

## **Jornalismo como dispositivo de produção de “realidades” — Antonio Fausto Neto**

Pertencendo à geração intelectual de Sodré, formada na França durante a ditadura militar brasileira, Antonio Fausto Neto também fortaleceu o paradigma semiológico na área de jornalismo e comunicação. Seu contato com a disciplina se deu na Escola Prática de Altos Estudos, abrigo do Centro de Estudos de Comunicação de Massa, “espécie de laboratório criado por Edgar Morin e Georges Friedmann, que sob inspiração de epistemologias estruturalistas oferecia uma atividade de ensino e de pesquisa tendo como objeto a cultura de massa e sua ‘constelação’ sócio-semio-discursiva” (FAUSTO NETO, 2016, p. 52).

Ali começou a assimilar o aparato metodológico que configurou, teoricamente, sua vasta bibliografia: a abordagem sociosemiótica de Verón, seu mestre, que também lhe introduziu, mais tarde, à teoria da midiatização. Ao longo da trajetória como professor na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade de Brasília, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, nas últimas duas décadas, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Fausto Neto escreveu livros como *O corpo falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras* (1988), *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza* (1991), *O impeachment da televisão: como se cassa um presidente*

(1995) e Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids (1999), para privilegiar os títulos dedicados ao fenômeno noticioso.

Sua pesquisa nesta linha está voltada, em termos temáticos, ao estudo das estratégias de produção de sentidos do jornalismo na cobertura de “acontecimentos choque”. A argumentação que permeia seus trabalhos é de que, através de um conjunto de estratégias, a mídia confere sentido aos fatos e cria uma nova ordem de ocorrência, determinando o modo que eles serão apresentados ao público. Assim, a mídia noticia os eventos a partir de uma lógica própria de realidade fabricada. Através da produção de sentidos, o jornalismo atuaivamente na sociedade e, no fim, se tornaria protagonista do processo político.

O argumento pode ser reconstruído, de forma sintética, por meio da seguinte documentação: inserida no campo dos poderes, a imprensa participa do jogo de forças e de relações simbólicas com os demais atores que formam o campo social (FAUSTO NETO, 1999, p. 143). Na tarefa de noticiar os fatos, o jornalismo “se apropria das diferentes maneiras de narrar, a fim de produzir, através de diferentes modalidades, cenas, detalhes, pensamentos, inferências de um conjunto de personagens” (FAUSTO NETO, 1988, p. 36-37). Isto é, a reportagem como resultado de uma série de montagens, não como reprodução fidedigna da realidade observada pelo repórter, mas antes como conjunto de estratégias de produção de sentidos. É nesta operação que os jornalistas confeccionam uma espécie de cronologia, por meio da qual os assuntos políticos e sociais vão sendo colocados em praça pública, e então significados pelo público (FAUSTO NETO, 1999, p. 51).

Através dessas estratégias de produção de sentidos, a mídia exerce influência sobre a sociedade, “instituindo um processo de agenda”, mediante o qual os eventos, “se decidem já no enquadramento” dado pelos próprios meios informativos (FAUSTO NETO, 1997, p. 504). A efetivação de tal processo de agendamento seria possível, pois a sociedade ainda deposita credibilidade

Otávio **DAROS**

nas instituições jornalísticas, visto que elas possuem a qualidade de — e seriam reconhecidas por — produzir inteligibilidade sobre o mundo em situação cada vez mais complexa.

No desenrolar desta teorização, o jornalismo deixa de ser apenas instituição produtora de relato informativo que veicula cenas, detalhes e personagens oriundos de outros planos e instituições sociais, e é pensado sobretudo enquanto um “processo autônomo de engendramento de sentidos”, que se realiza “a partir de operações e gramáticas da própria economia midiática”. Significa que o autor acaba por atribuir ao jornalismo “um papel muito mais complexo do que aquele de reconstituir/reproduzir realidades”, à medida “que lhe confere a capacidade de produção de realidades” (FAUSTO NETO, 2006b, p. 5).

Já não seriam os jornalistas mediadores nem narradores dos acontecimentos, mas atores que protagonizam os acontecimentos. A implicação reside no abandono da antiga função de testemunha dos fatos, junto às suas fontes e interlocutores. Sendo agora os jornalistas atores-testemunhas-protagonistas, suas práticas se tornariam marcadas por registros de sua autorreferencialidade. Não se trataria mais de fornecer relato da realidade, porém de colocar ênfase na sua autorreferencialidade. Esse mecanismo produziria “no seio do discurso jornalístico o deslocamento do status do relato sobre o mundo para o próprio relato de construção do relato sobre o mundo, ou seja, uma fala que constitui a produção da própria experiência do jornalismo” (FAUSTO NETO, 2006a, p. 12).

## **Jornalismo como forma de legitimação social — Christa Berger**

Colega de Fausto Neto na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e de Pedroso e Benetti na Federal do Rio Grande do Sul, Christa Berger pós-

graduou-se na Universidade Nacional Autônoma do México e no Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina, entre meados dos anos 1970 e 1980. Na década seguinte defendeu a tese de doutorado na Universidade de São Paulo, intitulada Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais (1996).

A autora analisou os modos de relacionamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do jornal Zero Hora, editado em Porto Alegre. Partindo do entendimento que “o MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis e oferecer à imprensa os elementos que confirmarão sua natureza. A ela cabe contar o presente e quanto mais ‘expedientes de real’ tiver, maior será sua credibilidade” (BERGER, 1998, p. 11).

Sua estratégia metodológica foi de combinar as noções de discurso, capital simbólico e campo, indo da semiologia à sociologia de Pierre Bourdieu. Admitindo não ser linguista nem semioticista, mas ter formação nas ciências sociais, trabalhou com um arranjo teórico eclético a fim de se apropriar, de forma mais livre, dos estudos discursivos. Valeu-se das contribuições tanto de Fausto Neto, interlocutor da teoria de Verón, como se mostrou acima, quanto de Eni Orlandi, introdutora da análise do discurso de linha francesa no país, especialmente do legado de Pêcheux.

Nesta perspectiva teórica, Berger identificou o discurso informativo como o tipo-padrão do jornalismo, sem negar, contudo, que o lugar de produção do discurso jornalístico (jornal-empresa) e seus agentes (jornalistas) sejam capazes de acrescentar inúmeras variações ao processo. Compreende-se, aqui, a notícia como resultado de confrontos e negociações entre os diferentes agentes que trabalham na empresa, de repórteres a editores, bem como de relações estabelecidas com os agentes externos, das fontes aos leitores. Essas disputas que ocorrem desde o interior do campo do jornalismo “giram em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir

Otávio **DAROS**

ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público” (BERGER, 1998, p. 22).

A produção do noticiário exige que os profissionais do jornal ouçam diferentes testemunhas e autoridades, ao mesmo tempo que cada jornalista permanece subordinado ou dependente, em maior ou menor grau, de outros agentes da empresa. Isto garantiria que, pelo menos na teoria, o discurso jornalístico fosse composto de múltiplas vozes, contendo possibilidades plurais de sentido, mesmo que tendesse à repetição do mesmo. “Por outro lado, a voz falada do receptor no discurso jornalístico, também, é plural, pois diferentes tipos de destinatários devem identificar-se na enunciação” (BERGER, 1998, p. 188).

É pertinente salientar que, embora o discurso jornalístico possa ser enquadrado no tipo autoritário, pois tem-se a imprensa como a transmissora de informação, não significa que ela seja produtora de apenas um tipo de discurso. Pelo contrário, deve-se reconhecer “que convivem nela diferentes tendências, e que as condições sociais e institucionais no interior de onde ele é produzido contribuem na definição do contorno ou na ênfase em um tipo”, como, por exemplo, o discurso informativo autoritário opinativo e/ou polêmico (BERGER, 1998, p. 24).

Há que se considerar ainda que o capital simbólico do jornalismo é a credibilidade, e que esta diz respeito à qualidade de confiabilidade construída junto ao público, à sua capacidade de despertar nos leitores alguma crença envolvendo o real e o texto. Sem perder de vista, nesse sentido, que “a linguagem constitui e não descreve aquilo que é por ela representado” (BERGER, 1998, p. 19), logo “o jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem, obedecendo a uma ‘gramática de produção’ própria do contexto e da instituição na qual ele (o discurso) é produzido” (BERGER, 1998, p. 127).

Passou-se então da teoria sobre o discurso jornalístico para a prática de pesquisa sobre a cobertura jornalística realizada por Zero Hora. No exame das matérias, a estudiosa averiguou que a “construção do sentido se fez pela combinação dos sem-terra que invadem, resistem, degolam; o governo que busca soluções e a Justiça que julga. Como todo Movimento Social, o Movimento Sem Terra é intransigente e violento. Mas, sua luta, é, às vezes, justa em uma brecha do texto” (BERGER, 1998, p. 189). Concluindo que “enquanto as reivindicações do MST precisam da materialidade da língua para existir socialmente, o discurso de Zero Hora contribui para fazer a realidade deste mundo produzindo, ambos, signos de riqueza e de autoridade” (BERGER, 1998, p. 195).

O tema despertou o interesse de outros estudiosos, a exemplo de Eduardo de Souza. Em *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST* (2004), afirma que a imprensa, espelhada pelo caso da revista *Veja*, opera em seis fases. Pela ordem, caberia “primeiro silenciar sobre movimento, em seguida cooptar, difamar, dividir, domesticar e satanizar o MST” (SOUZA, 2004, p. 53). Concluindo que, na última fase, a revista trabalhou para induzir os seus leitores a associarem os sem-terra a párias sociais.

Este estudo permitiu verificar que a reportagem da revista *Veja* sobre o MST reproduz o discurso da classe dominante, conforme uma estratégia que visa conduzir e formar a opinião do leitor conforme a ideologia defendida pela revista (SOUZA, 2004, p. 139).

Deve-se notar, primeiramente, como esse tipo de análise apresenta abordagem reducionista, em comparação ao estudo anterior, pois limita o jornalismo à reprodução do que está posto no plano político-ideológico: “seria impossível para a empresa que publica *Veja* admitir uma linha jornalística cuja linguagem fosse menos alinhada ao discurso oficial que insiste em estigmatizar qualquer grupo social que questione a ordem vigente” (SOUZA, 2004, p. 140). Por sua vez, a primeira estudiosa buscou preservar a natureza contraditória que é própria do fenômeno, sem negar que são as “condições extratextuais que intervêm” no seu processo de produção (BERGER, 1998, p. 195). Significa

Otávio **DAROS**

que, para ela, as notícias enquanto produções de acontecimentos pela linguagem, como processo pelo qual o acontecido é transformado em relato, sofrem sempre interferências do contexto, sem que se resumam a ele.

Sua ideia é de que a imprensa se constitui em um meio de produção de legitimação social e política, de modo a influir no processo pelo qual um movimento popular, por exemplo, se torna mais ou menos legítimo dentro da sociedade. Ocorre que mais do que outras instituições, a imprensa tem o poder de legitimar ou deslegitimar as ações publicamente. Trata-se de sua competência de “publicizar”, de realizar a passagem do que é privado para o que é público. O jornalismo exerce, assim, a função de mediação das diferentes instâncias do social. Mediação, pois, como observou a autora, são os sem-terra que “produzem o ‘primeiro texto’ para ser ‘lido’ pelos jornalistas que, interpretando os através dos ‘constrangimentos organizacionais’, negociam o ‘segundo texto’, para ser lido pelos consumidores do jornal” (BERGER, 1998, p. 195). E, por isso, a tendência é que o discurso jornalístico seja híbrido, combinando diferentes inclinações ideológicas.

## **Jornalismo como forma de exclusão social — Beatriz Marocco**

Enquanto Berger esteve fundamentada na sociologia bourdiana, outras pesquisadoras da área como Beatriz Marocco buscaram doutrinação na filosofia foucaultiana. A prática jornalística é entendida como série de procedimentos de poder e controle, que organiza discursivamente as hierarquias do espaço social, como também se confere nos estudos de Mayra Gomes (2000, 2003, 2004).

Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico (2004), originada da tese de doutoramento de Marocco na Universidade Autônoma de Barcelona, parte das pistas deixadas por Michel Foucault em Vigiar e punir ([1975] 1987). Quer dizer que a autora visualizou, nesta obra

seminal, reflexão potencial sobre o controle social que um tipo de imprensa francesa exercia sobre os corpos dos sujeitos menos favorecidos. No entanto, em vez das folhas parisienses, a brasileira se ocupou da análise das publicações que circulavam na Porto Alegre do século XIX.

Mesmo reconhecendo que o filósofo “não tratou diretamente da notícia”, tendo se referido, na verdade, “pouco ao desenvolvimento histórico dos sistemas de comunicação”, a estudiosa julgou adequado pensar o jornalismo desde uma perspectiva foucaultiana. O fenômeno foi situado “no âmbito de uma teoria da dominação e dos efeitos no discurso, como um dispositivo de sujeição dos corpos e daí avançar na ideia de notícia como um instrumento de exclusão social” (MAROCCO; BERGER, 2006, p. 8-10).

Detalhando melhor:

A notícia insinua-se, neste quadro, como um instrumento de controle social que pode gerar a coesão social em torno da norma (que marginaliza o outro infrator) ou dar conta dos procedimentos técnicos de coação dos corpos dos mais perigosos, incluindo-os no discurso para visibilizar a sua exclusão da sociedade (MAROCCO; BERGER, 2006, p. 10-11).

Portanto, os conceitos oriundos da filosofia de Foucault tais como discurso, práticas, verdade, controle social, foram associados todos à pesquisa documental sobre a imprensa decimonônica. Como consequência, seus achados empíricos foram enquadrados — e frequentemente reduzidos — a tais categorias. Sua tese evidenciou como certos sujeitos são historicamente classificados, também pelos jornais porto-alegrenses, como de menor valor social em detrimento de outros.

O argumento é de que estes “inimigos sem rosto” (prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos) foram marginalizados, transformados em “malfeitores que contaminavam a cidade”, à medida que tiveram suas realidades distorcidas pelos jornalistas. Eles “aplicavam sobre as vidas dos indivíduos as técnicas do ‘exame’ e da ‘classificação’ que os transformaram em sujeitos (seres-linguagem) da normalização social” (MAROCCO, 2004, p. 108). Dessa maneira, permitiam que seus leitores conhecessem pouco sobre o

Otávio **DAROS**

indivíduo em si, preferindo falar genericamente sobre os hábitos do grupo no qual o sujeito era inserido.

A conclusão que chega a autora é de que os jornais “pretendiam a normalização das condutas na sociedade, e, por fim, o controle social” (MAROCCO, 2006, p. 11). Ou seja, eles formam um discurso de exclusão social, uma retórica de combate e repressão a esses indivíduos.

## **Novas perspectivas para o estudo do discurso jornalístico**

Praticamente fechado em uma única doutrina, o estudo de Marocco é, todavia, uma exceção dentro do quadro que se desenha na pesquisa em jornalismo no país. Nos trabalhos seguintes predominaram abordagens marcadas pelo ecletismo teórico. Por exemplo, Beatriz Becker combinou, em *A linguagem do telejornal* (2005), os fundamentos da chamada “semiologia dos discursos sociais” com os dos estudos culturais britânicos. Mais especificamente, uma análise dos sentidos produzidos por três telejornais durante a cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Logo de início, a pesquisadora adotou o entendimento de que não se pode falar em só um discurso jornalístico, quando o que existe são discursos com diferentes regras (BECKER, 2005, p. 43). Portanto, ao tomar nota do *Jornal Nacional*, *Jornal da Record* e *Jornal da Band*, assimilou que inexistem “apenas um discurso uníssono e homogeneizador da mídia mantenedor da ordem política e econômica”. O que se acompanhou foi “a crise do Estado nacional marcado pela impunidade e conflitos identitários reveladores das exclusões sociais brasileiras que irromperam” durante a cobertura das comemorações, “escapando, inclusive, do controle dos meios e do governo, nas diferentes versões diárias da realidade ofertadas por cada um dos noticiários analisados” (BECKER, 2005, p. 109).

A análise discursiva de acepção culturalista também configurou, em termos metodológicos, os crescentes estudos de raça e gênero social. Por

exemplo, Luiz Carlos de Oliveira observou, em *Discurso e imaginário: o negro na imprensa* (2016), como a revista *Veja* posiciona-se contra à política de cotas para negros, mobilizando o discurso de especialistas e de negros contrários à implantação de cotas, ao mesmo tempo que silencia as reivindicações dos movimentos pró-cotas.

Já Marcus Antônio Assis Lima estudou, com certo ineditismo, a imprensa gay no Brasil, em *O estilo Sui Generis de vida gay* (2018), resultado de sua dissertação de mestrado em 2000. O autor tomou como material de estudo a revista *Sui Generis* (1995-2000), com intenção de entender o modo pelo qual a publicação contribuiu para os processos de formação da identidade contemporânea e daquilo que se entende hoje por “cultura gay”.

Percebeu que a revista, apesar de levantar a bandeira da diversidade sexual e do combate ao preconceito, não deixou de reproduzir, ao longo de sua existência, os discursos excludentes que pregam “um modo único de viver a sexualidade”, em tentativa “de uniformizar padrões de comportamento, hábitos e valores que perpassam a comunidade homossexual” (LIMA, 2018, p. 187). Em última análise, “ao delimitar comportamentos supostamente decentes, *Sui Generis* alimenta a homofobia, ao produzir gays que não servem de contraponto à identidade heterossexual masculina” (LIMA, 2018, p. 192).

Lançando olhar feminista sobre o tema, Adriana Braga colaborou com *Corpo-verão: jornalismo e discurso na imprensa feminina* (2016), também escrito originalmente como dissertação de mestrado, em 2003. Cabe notar, primeiramente, sua referência ao trabalho de Fausto Neto, *O corpo falado* (1988). Sua proposta foi compreender as estratégias discursivas que envolvem a produção e a manutenção de um determinado padrão de corpo feminino, o qual chamou de “corpo-verão”.

A pesquisadora verificou que as capas dessas revistas expõem, via de regra, a mulher de pele branca, “o que configura uma espécie de exclusão simbólica que valoriza características de um padrão racial branco”. No miolo

Otávio **DAROS**

dessas publicações, praticamente inexisteriam “fatos jornalísticos”, mas “temas que poderiam ser considerados ‘de gaveta’ pela redação” (BRAGA, 2016, p. 143). Nessa perspectiva, “o corpo-verão constitui-se em um fenômeno discursivo jornalístico muito peculiar: na medida que a construção do corpo idealizado para as capas é ela própria tratada como acontecimento, sem que haja um fato correspondente, uma notícia feita do próprio fazer jornalístico” (BRAGA, 2016, p. 25).

Outros como Edson Dalmonete expandiram as possibilidades para a análise do discurso do jornalismo praticado na internet, tomando como norte metodológico o que autores da área, como Giovandro Ferreira (2006), denominam de “semiologia de terceira geração”. Em Pensar o discurso no webjornalismo (2009), o pesquisador selecionou cinco jornais impressos que também contam com edição digital, com o intuito de averiguar as estratégias discursivas lançadas por cada um nesta transição.

El País, Le Monde, O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo são casos que, em comum, se mostraram “reveladores de novas modalidades de organização do texto jornalístico”, enquanto potencializaram a emergência de novas formas de participação e interação com e entre os leitores (DALMONTE, 2009, p. 207). No ambiente digital interativo, o jornalismo que antes era “capaz de mostrar um discurso sobre a realidade”, agora passa a “dar voz para que aqueles que estão implicados” nas próprias ações reportadas. Ou melhor, “o indivíduo não entra no relato apenas como fonte empregada por um repórter; ele mesmo narra, a partir de suas impressões” (DALMONTE, 2009, p. 213).

## **Considerações finais**

Desde o ponto de vista institucional, verifica-se que a tradição brasileira de estudos do discurso jornalístico, em sua vertente francesa, está vinculada ao estabelecimento do programa de comunicação da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, criado nos anos 1970, no qual Muniz Sodré é o teórico de referência. Há que se levar em conta, nesse período, a série de contribuições para as teorias da linguagem do jornalismo dadas por Nilson Lage, também oriundo desta escola, e por Cremilda Medina, na Universidade de São Paulo.

Sob orientação de Sodré, Rosa Nívea Pedroso destacou-se pelo pioneirismo em seu estudo monográfico, ainda no início dos anos 1980, cujo enfoque esteve no modo sedutor de construção dos fatos pela imprensa sensacionalista. A sociossemiótica de Eliseo Verón configurou a abordagem vista em sua análise. Todavia foi Antonio Fausto Neto o grande responsável pela disseminação e continuidade desse paradigma metodológico em nosso meio, visto o conjunto da sua obra sobre a produção de sentidos no jornalismo.

Christa Berger foi uma das estudiosas que se valeu das contribuições do autor, embora não fosse seu objetivo entregar estritamente uma análise do discurso. Tal estratégia metodológica, menos rigorosa, se revelou benéfica, pois lhe permitiu dissecar o fenômeno jornalístico e desenvolver reflexão mais rica. Apesar de concordar com Beatriz Marocco de que a notícia é uma forma de controle social (MAROCCO; BERGER, 2006), sua tese dedicada à cobertura dos trabalhadores sem-terra percebeu o jornalismo enquanto discurso polifônico, com potencial polissêmico. Já Marocco, com abordagem centrada na filosofia foucaultiana, elaborou crítica do jornalismo como prática disciplinadora que reforça sobretudo a exclusão social.

Preocupada em sistematizar as contribuições teórico-metodológicos para a análise de discurso, Marcia Benetti apresentou ideia mais próxima de Berger, na medida em que também pensou o jornalismo como um discurso polifônico (BENETTI, 2007, p. 107). Outros como Marcus Antônio Assis Lima e Adriana Braga ressaltaram qualidades semelhantes, em que pese terem

Otávio **DAROS**

sinalizado, em seus estudos de gênero social, mesmo que sem saber, aquela conclusão de Marocco: o jornalismo age para a normalização social.

Avaliando os esforços de Pedroso, Fausto Neto, Berger, Marocco e Benetti, o que se confere é o deslocamento dos estudos do discurso jornalístico, desde sua vertente francesa, inicialmente ligados ao programa de pesquisa no Rio de Janeiro para outras instituições do país, notadamente no Rio Grande do Sul, mesmo que não seja o caso de se falar em regionalização. Pelo contrário, há que se considerar a proliferação desses trabalhos nas últimas décadas. Basta-nos, para encerrar, recordar os estudos já citados de Mayra Gomes na Universidade de São Paulo, de Giovandro Ferreira e Edson Dalmonete na Universidade Federal da Bahia, e ainda de Beatriz Becker na própria Federal do Rio de Janeiro.

## Referências

- BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Marcia. **O discurso sedutor – a linguagem do jornal Notícias Populares**. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, n. 22, p. 85-102, jul./dez. 1994.
- BENETTI, Marcia. Os leitores como comunidade discursiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 182-193, jan./jun. 2020.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.
- BRAGA, Adriana. **Corpo-verão: jornalismo e discurso na imprensa feminina**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, [2003] 2016.
- BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba**. Brasília: Editora UnB, 1991.
- DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- DAROS, Otávio. French theoretical and methodological influences on Brazilian journalism research. **Media, Culture & Society**, p. 1-12, mar. 2021.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: EDUC, 1996.
- FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

- FAUSTO NETO, Antônio. Enfermidade em circulação: sou eu mesmo que noticia o meu tratamento. **Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 237-249, jul./dez. 2011.
- FAUSTO NETO, Antônio. Enunciação jornalística entre dispositivo e disposições. *In: XV Compós*, 2006, Bauru. **Anais...** Brasília: Compós, 2006a.
- FAUSTO NETO, Antônio. Mutações nos discursos jornalísticos: da 'construção da realidade' a 'realidade da construção'. *In: XXIX Intercom*, 2006, Brasília. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2006b.
- FAUSTO NETO, Antônio. **O corpo falado**: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras. Belo Horizonte: FUMARC/PUC-MG, 1988.
- FAUSTO NETO, Antônio. Telejornais e produção da notícia. MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- FAUSTO NETO, Antônio. Trajetos de pensar em companhia. *In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). Epistemologia da comunicação no Brasil*. São Paulo: ECA-USP, 2016.
- FERREIRA, Giovandro Marcus. Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática da análise do discurso. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 8, n. 1, p. 1-15, abr. 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, [1975] 1987.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e filosofia da comunicação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2003.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.
- LIMA, Marcus Antônio Assis. **O estilo Sui Generis de vida gay**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, [2000] 2018.
- MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. Notícia como forma de controle social. **Contracampo**, Niterói, v. 14, p. 7-18, jan./jun., 2006.
- MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**: Porto Alegre, século XIX. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.
- MAROCCO, Beatriz. O espaço perceptivo da exclusão na mídia. *In: IV Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação. Anais...* Recife: Alaic, 1998.
- MAROCCO, Beatriz. O tempo e o relato jornalístico. *In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: Intercom, 2006.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1978.

Otávio **DAROS**

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PIGNATARI, Décio. **Informação. Linguagem. Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **Discurso e imaginário**: o negro na imprensa. Curitiba: Appris, 2016.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTAELLA, Lucia. Por um pensamento híbrido da comunicação. [Entrevista cedida a] Tarcísio Cardoso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 11, n. 20, jan./jun. 2014.

SERRA, António A. **O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **MATRIZES**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 11-27, jan./jul. 2012.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de redação**. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves, 1977.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: Annablume, 2004.

